

GT65: Políticas reprodutivas: imperativos, violação de direitos e antropologia em tempos extremos

Marina Nucci, Rosa Carneiro

Vemos nos últimos anos, no Brasil, o crescimento de um campo de debates antropológicos que discute temas como gravidez, parto e criação de filhos/as. Trata-se de pesquisas que, conduzidas pela perspectiva de gênero, e em diálogo com reflexões mais amplas como corpo e saúde, abordam diferentes aspectos ligados à reprodução e ao cuidado. Um dos esforços de pesquisa observados, é a atenção às prescrições e imperativos morais que são produzidos tanto pelos saberes médico-científicos, como em contraponto a eles, e que se expressam em modelos "ideais" de gestar, parir, amamentar, maternar. O que tais ideais invisibilizam, e o que trazem à tona? Como diferentes perspectivas feministas têm tentado responder aos dilemas que tais temáticas nos trazem? Tais imperativos se viram impactados pela pandemia de Covid-19, quando muitos dos direitos sexuais e reprodutivos foram violados, com ausência de serviços de saúde e descaso com a vida de mulheres cis e trans. O peso e a invisibilidade do trabalho reprodutivo foi escancarado, assim como o adoecimento dele decorrente. Partindo desses pressupostos, neste GT, inspiradas na ideia de que "toda política é reprodutiva" (Briggs 2017), procuramos reunir trabalhos que pensem práticas de maternagem dissidentes e hegemônicas; sobre gestação, parto e pós-parto; cuidado e adoecimento psíquico de mulheres; sobre quem não quer ser mãe e abortos, de maneira atravessada ou não pela pandemia, mas de modo a atualizar uma "antropologia da reprodução" brasileira.

Por uma antropologia da reprodução racializada. Compondo laços ético-epistemológicos no horizonte da justiça reprodutiva

Autoria: Giovana Acacia Tempesta

A presente proposta consiste em um convite para racializar o debate sobre políticas reprodutivas a partir de um diálogo com doulas e educadoras perinatais que entendem seu ofício como saber fazer contra-hegemônico, voltado para a construção da justiça reprodutiva; este é um referencial ético-político que traz para o centro das discussões sobre reprodução a problemática da justiça social (Ross & Solinger, 2017) e se vale da abordagem interseccional (Collins & Bilge, 2021). A ideia é pensar as políticas reprodutivas como conjuntos de experiências relacionais (contracepção, esterilização, gestação, parto, aborto, amamentação, maternagem) situadas num contexto social que se configurou, ao longo da história, como um contexto estruturalmente racista. Nesse sentido, inspirada nas proposições de autoras feministas negras e/ou decoloniais como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Deirdre Cooper Owens, Loretta Ross, Rickie Solinger, María Lugones e Françoise Vergès, mas também levando em consideração alguns insights da antropologia simétrica (R. Wagner, B. Latour, D. Haraway), eu gostaria de articular o conceito de hierarquias reprodutivas (Mattar & Diniz, 2012), em circulação no campo da Saúde Coletiva, ao conceito de racismo obstétrico, elaborado pela antropóloga Dána-Ain Davis (2018, 2019). Acredito que dessa articulação conceitual emergirão elementos relevantes para complexificarmos e desdobrarmos a "antropologia da reprodução" brasileira, pois, se "toda política é reprodutiva" (Briggs, 2017), talvez possamos avançar no argumento de que toda política reprodutiva é racializada. Isso porque os novos modelos ideais de gestar, parir, amamentar e maternar, experimentados por segmentos da classe média urbana, parecem tanto gerar novas exclusões, aprofundando as hierarquias reprodutivas, como também acabam por multiplicar as possibilidades dessas experiências relacionais, "culturalizando", por assim dizer, uma temática comumente associada à Natureza. Talvez abordar o pressuposto cultural segundo o qual as mulheres negras são "mais fortes" (menos sensíveis à dor de parto, por exemplo) em articulação com o seu destino social de cuidadoras

(mantenedoras da reprodução da vida das pessoas brancas) seja uma via epistemológica interessante para apreendermos a imbricação fundamental da materialização de gênero e raça no campo da reprodução.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

